

Requerimento de Sessão 180/2025

Protocolo 40674 Envio em 15/05/2025 10:30:00

Requer ao Sr. Prefeito Municipal informações detalhadas sobre o funcionamento da Escola Municipal de Educação Ambiental, incluindo ações educativas realizadas, número de atendimentos, estímulo às visitas escolares, equipe responsável, investimentos públicos aplicados e medidas adotadas para cumprimento das obrigações constitucionais e legais de promoção da educação ambiental.

Excelentíssimo Senhor

FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística
Paraguaçu Paulista

O Vereador que este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. Antonio Takashi Sasada, as seguintes informações e providências, com fundamento nas atribuições fiscalizatórias previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município, o encaminhamento das seguintes informações e documentos relacionados à atuação da Escola Municipal de Educação Ambiental, localizada neste Município:

1. Estrutura física e funcional da unidade:

- Informar os dias e horários regulares de funcionamento da escola, bem como sua capacidade estimada de atendimento simultâneo e mensal.
- Listar todos os profissionais atualmente lotados na unidade, com identificação do nome, função, formação acadêmica, vínculo funcional (efetivo, comissionado, terceirizado), carga horária semanal e respectivas atribuições.
- Encaminhar cópia dos planos de trabalho, programação de atividades e calendário de ações ambientais elaborados para os anos de 2022, 2023 e 2024 (até a presente data).

2. Ações educativas e visitas escolares:

- Detalhar todas as atividades realizadas pela escola nos anos de 2021, 2022, 2023 e no exercício de 2024, tais como oficinas, palestras, eventos, cursos, mutirões, campanhas educativas e outras ações.
- Informar se têm sido estimuladas e formalizadas visitas escolares de alunos da rede pública ou privada. Encaminhar cópias das listas de presença, organizadas por data e escola participante.
- Encaminhar cópia ou amostra dos materiais pedagógicos e didáticos utilizados nas ações educativas (cartilhas, vídeos, folders, jogos, banners etc.).
- Relatar a participação da escola em campanhas institucionais ou intersectoriais, como coleta seletiva, reflorestamento, combate à poluição, uso consciente de recursos naturais e bem-estar animal. Encaminhar registros comprobatórios (fotos, atas, ofícios, relatórios).

3. Dados quantitativos de atendimento:

a) Informar o número total de pessoas atendidas anualmente nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024 (até o mês corrente), com separação por tipo de público:

Estudantes da rede pública municipal;

Estudantes da rede estadual ou privada;

Comunidade em geral (população espontânea);

Representantes de entidades, ONGs ou movimentos ambientalistas.

b) Informar se há sistema formal de registro de presença, relatórios de frequência ou avaliação de impacto. Encaminhar cópias dos documentos existentes.

4. Recursos orçamentários e planejamento:

a) Informar os valores orçamentários efetivamente aplicados na manutenção e desenvolvimento das atividades da escola nos exercícios de 2021, 2022, 2023, 2024 até a presente, discriminando:

Despesas com pessoal;

Materiais e insumos pedagógicos;

Infraestrutura, manutenção e equipamentos;

Contratações ou parcerias externas;

Publicidade institucional e ações de conscientização.

b) Especificar a origem dos recursos (municipais, estaduais, federais ou convênios) e encaminhar documentos de planejamento e prestação de contas, se houver.

c) Encaminhar cópia de eventuais convênios, termos de fomento, cooperação ou parcerias celebradas com entidades públicas ou privadas para apoio às ações educativas.

5. Avaliação institucional e obrigações legais:

a) Informar se há relatórios internos, diagnósticos técnicos, pareceres ou avaliações que indiquem o grau de efetividade da escola em cumprir sua função legal de promoção da educação ambiental no Município.

b) Quais medidas estão sendo adotadas pela Administração para ampliar o alcance, a divulgação e a utilização regular da unidade? Há planejamento de reestruturação, expansão ou integração com outras políticas públicas?

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, no art. 225, §1º, VI, impõe ao Poder Público o dever de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e estimular a conscientização coletiva sobre a preservação do meio ambiente. Este comando foi regulamentado pela Lei nº 9.795/1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, atribuindo a todos os entes federativos o dever de atuar sistematicamente na formação de consciência ambiental crítica e participativa.

A existência de uma Escola Municipal de Educação Ambiental representa relevante avanço institucional. No entanto, a ausência de divulgação pública, a baixa frequência de visitas escolares e a falta de transparência sobre seus resultados e investimentos demandam um apurado exercício de fiscalização por parte do Poder Legislativo.

É fundamental garantir que a unidade não opere apenas formalmente, mas que exerça de forma ativa sua missão educativa, impactando de fato a comunidade escolar e a população em geral, conforme preconizam os princípios constitucionais da educação, da sustentabilidade e da administração eficiente.



Assim, a presente solicitação busca assegurar o cumprimento efetivo das obrigações legais do Município e fomentar a melhoria das políticas públicas ambientais, com base em dados concretos, planejamento estratégico e gestão participativa.

Palácio Legislativo Água Grande, 09 de maio de 2025.

JUNIOR BAPTISTA
Vereador

